



CONTRATO Nº 32/2023

Processo nº 00196.000068/2022-62

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN, E WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEIÇÕES LTDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES, VIA INTERNET, DO SISTEMA COFEN/CONSELHOS REGIONAIS DE ENFERMAGEM.

CONTRATANTE: CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN, entidade fiscalizadora do exercício profissional ex vi da Lei nº. 5.905, de 12/07/1973, com sede no SCLN 304, Bloco E, Lote 9, Asa Norte, Brasília/DF, CNPJ nº. 47.217.146/0001-57, representado, neste ato, por sua Presidente, **Dra. BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS**, brasileira, enfermeira, portadora da identidade profissional COREN/PB 42.725, inscrita no CPF sob o nº. 455.538.074.68, e por seu 1º Tesoureiro, **Dr. GILNEY GUERRA DE MEDEIROS**, brasileiro, enfermeiro, portador da carteira profissional COREN/DF nº. 143.136, inscrito no CPF sob o nº. 002.246.941/97.

CONTRATADA: **WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEIÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.732.403/0001-40, sediada na CLN 110 Bloco A, Sala 203 PARTE A, Asa Norte, Brasília/DF, neste ato representada pelo sua sócia administradora, **Sr.ª CAROLINE FORTUNATO DOS SANTOS VENTUROLI**, portadora da carteira profissional nº 27961, expedida pela OAB/DF em 27/03/2015, e CPF nº 783.027.221-20, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Cofen nº 00196.000068/2022-62 (Pregão Eletrônico nº 14/2023), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento de serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições, via internet, compreendendo software específico juntamente com toda infraestrutura e suportes necessários à realização do pleito eletrônico do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, conforme condições, quantidades e especificações descritas no Termo de Referência – Anexo 1 do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2023 e constantes do Processo Cofen nº 00196.000068/2022-62.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

2.1. Os serviços deverão ser prestados conforme especificações técnicas do objeto descrito nos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11 do Termo de Referência, que faz parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O contrato decorrente do presente termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União (D.O.U.).

3.2. O início da execução dos serviços deverá se dar em, no máximo, 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento de exigências definidas no Termo de Referência, cuja apuração se inicia, concomitantemente, com a assinatura do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 10.024/19, da Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá à Contratada:

4.1.1. Indicar, quando da emissão do contrato, o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação em Brasília/DF, qualquer que seja seu endereço, informando os dados do responsável pelos serviços, com quem o Cofen manterá contato.

4.1.2. Executar o objeto de acordo com as cláusulas, condições, prazos, especificações qualitativas e quantitativas estipuladas no Termo de Referência, no edital da licitação e respectivos anexos, sob pena de aplicação de multa e demais cominações pelo Cofen.

- 4.1.3. Prestar os serviços com qualidade, eficiência, presteza, sigilo, ética e pontualidade, em conformidade com o Termo de Referência, com o edital e com o que for declarado na proposta vencedora que exceda e não prejudique o especificado no edital.
- 4.1.4. Executar as cláusulas contratuais, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, garantindo a conformidade dos serviços com o objeto do Termo de Referência e do edital da licitação, prestando as informações cabíveis quando forem constatadas não conformidades com as respectivas cláusulas.
- 4.1.5. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações.
- 4.1.6. Identificar e anotar em formulários apropriados as não conformidades existentes na execução das cláusulas do contrato, as falhas ou defeitos ocorridos durante a prestação dos serviços, as providências e soluções adotadas, informando por escrito ao fiscal do contrato do Cofen.
- 4.1.7. Levar imediatamente ao conhecimento do fiscal do contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.
- 4.1.8. Relatar ao fiscal do contrato os fatos ocorridos durante a prestação dos serviços, além de qualquer anormalidade constatada, prestando os esclarecimentos solicitados.
- 4.1.9. Garantir o pleno cumprimento do contrato, praticando as melhores técnicas administrativas e operacionais na execução dos serviços, adotando e implementando as orientações fornecidas pela fiscalização do Contratante.
- 4.1.10. Elaborar cronograma de trabalho, em comum acordo com o Contratante, fixando os dias e horários para a execução dos serviços.
- 4.1.11. Emitir e disponibilizar mensalmente ao Contratante relatório contendo a quantidade de horas e serviços executados/entregues, bem como as providências a serem tomadas, caso necessário, informando também, no mínimo, data e hora de início e fim do atendimento, solicitação, solução dada, tipo de atendimento, horas gastas, pessoas envolvidas etc.
- 4.1.12. Entregar os serviços ao Contratante em total acordo com as cláusulas contratuais, com os respectivos documentos legais, nos quais fique descrito o que foi executado, os quantitativos fornecidos, a qualidade e as respectivas características técnicas relevantes.
- 4.1.13. Realizar todos os testes, provas ou inspeções requeridas pela fiscalização do Contratante que possibilitem verificar a qualidade, a confiabilidade, a solidez, a garantia, a segurança e as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 4.1.14. Acatar os resultados dos testes, provas ou inspeções realizadas a pedido do Contratante, providenciando na maior brevidade os reparos, os ajustes e/ou as substituições necessárias ao bom cumprimento dos serviços.
- 4.1.15. Responsabilizar-se pelo total controle do Sistema, coibindo tentativas de fraude e quaisquer danos ao Contratante.
- 4.1.16. Informar imediatamente ao Cofen quando da observância de tentativa de fraudes e/ou quebra de sigilo de informações do Sistema, por meio de relatórios.
- 4.1.17. Responsabilizar-se pelo sigilo das informações e dados repassados pelo Cofen por força do objeto do Termo de Referência.
- 4.1.18. É vedada a utilização das informações e dados obtidos para fins diferentes do expressamente descrito no Termo de Referência, no edital e respectivos anexos, bem como a comercialização desses.
- 4.1.19. A Contratada somente poderá divulgar dados cadastrados no Sistema para um terceiro mediante prévia autorização do Cofen, por força de lei ou em caso de determinação judicial, hipóteses em que a Contratada deverá informar o Cofen de imediato.
- 4.1.20. A Contratada está proibida de divulgar, revelar, ceder a qualquer título e discutir perante terceiros, no território brasileiro ou no exterior, para qualquer pessoa física ou jurídica, dados do Sistema produzidos pelo Cofen e pelos Conselhos Regionais de Enfermagem.
- 4.1.21. A Contratada deverá garantir que os dados armazenados pelo Sistema, incluídas as cópias realizadas, serão enviados ao Cofen, tão logo seja solicitado e ao término da vigência do contrato.
- 4.1.22. A Contratada deverá garantir que os dados armazenados pelo Sistema, incluídas as cópias realizadas, serão destruídas pela Contratada, tão logo seja solicitado pelo Cofen e ao término da vigência do contrato.
- 4.1.23. Emitir, prontamente, declaração assinada por seu representante legal confirmando que todos os dados armazenados pelo Sistema foram enviados ao Cofen e que posteriormente foram inteiramente destruídos, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas ou digitais), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas legalmente e neste instrumento.
- 4.1.24. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judicial, incluindo-se as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação dos dados do Sistema por seus agentes, funcionários, consultores e representantes ou por terceiros que obtiverem as informações e materiais por seu intermédio.
- 4.1.25. Manter procedimentos administrativos adequados à preservação de quaisquer materiais ou dados que constituam o Sistema evitando extravio ou perda de informações, devendo comunicar ao Cofen, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza.
- 4.1.26. Manter todos os dados do Sistema em local seguro, com acesso limitado e somente os consultores, empregados ou agentes da Contratada que necessitarem de tais dados poderão acessá-los, sendo certo que deverão concordar em se submeter às previsões do Termo de Referência.
- 4.1.27. Executar tarefas e auxiliar a equipe de projeto do Cofen, na plataforma tecnológica necessária, esclarecendo dúvidas, fornecendo orientações e informações.
- 4.1.28. Apresentar as notas fiscais/faturas ou documentos equivalentes preenchidos com as informações identificadoras dos serviços prestados e o montante para pagamento no prazo contratado, após aceitação dos serviços fornecidos à equipe técnica do Cofen.
- 4.1.29. Acatar a notificação emitida pelo Cofen quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais firmadas, quanto a providências técnicas e/ou administrativas anteriormente informadas e não atendidas, quanto a responsabilidade por descumprimento do contrato e respectivas penalidades.

- 4.1.30. Esclarecer por escrito os fatos apontados como motivadores da notificação, suas causas, suas consequências e as implicações legais, ao fiscal do contrato, que acatará ou não as justificativas apresentadas.
- 4.1.31. Providenciar, no mais breve espaço de tempo, a regularização das cláusulas contratuais não cumpridas e das solicitações anteriormente notificadas.
- 4.1.32. Refazer os serviços/módulos, sem ônus ao Cofen, tantas vezes quantas necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço descrito no Termo de Referência, no edital e respectivos anexos, em desacordo com as orientações apresentadas pela fiscalização do Cofen ou não forem considerados satisfatórios em razão do estipulado em contrato, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 4.1.33. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o serviço no qual forem constatadas falhas, defeitos, incorreções ou quaisquer danos, no prazo estipulado pela fiscalização do Cofen.
- 4.1.34. Responder e arcar por perdas, danos e prejuízos causados ao Cofen e/ou a terceiros, provocados por imperícia, ineficiência ou irregularidade cometida por seus técnicos, empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, em razão de ação ou omissão, respondendo também pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na prestação dos serviços, não excluindo nem diminuindo a responsabilidade pelos danos que forem constatados o acompanhamento, controle e fiscalização exercidos pelo Cofen. As reparações e indenizações dos prejuízos serão devidas independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que a Contratada estiver sujeita.
- 4.1.35. Apresentar, independente de solicitação formal do Cofen, os documentos próprios que comprovem as respectivas regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas, assim como a qualificação da respectiva equipe técnica, no ato da assinatura do contrato ou quando solicitado pelo fiscal.
- 4.1.36. Manter todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, que ensejaram sua contratação, durante toda a vigência do contrato, sem ônus para o Cofen.
- 4.1.37. Prover mão-de-obra qualificada para a prestação dos serviços, conforme determina a legislação trabalhista vigente, atendendo aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência.
- 4.1.38. Manter equipe adequada e qualificada durante todo o processo de prestação de serviços.
- 4.1.39. Informar por escrito os nomes dos técnicos que representarão a Contratada nas instalações do Cofen durante a vigência do contrato, os quais deverão se manter identificados durante a permanência nas dependências do Cofen, informando, ainda, nome, número de telefone e e-mail do responsável pelos serviços, a fim de atender as solicitações do Cofen, devendo o responsável indicado se reunir mensalmente com a equipe do Cofen, em data estipulada pelo Cofen, ou quando solicitado em caráter emergencial.
- 4.1.40. Manter um preposto capacitado e aceito pelo Cofen para gerenciar, supervisionar, representar técnica e administrativamente a Contratada ou fornecer informações sobre os serviços, sempre que necessário, de forma permanente, durante todo o período de vigência do contrato.
- 4.1.41. Os mencionados profissionais que representarão a Contratada deverão estar com a vacinação completa contra Covid-19, fazer o uso correto da máscara e cumprir as demais obrigações constantes na legislação sanitária vigente.
- 4.1.42. Informar por escrito ao Contratante, com antecedência de 10 (dez) dias, qualquer mudança que ocorra com a equipe alocada, devendo todo profissional substituto atender aos requisitos mínimos descritos no Termo de Referência. Correrá por conta única e exclusiva da Contratada quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciários, bem como qualquer outra despesa que possa decorrer do respectivo afastamento do empregado.
- 4.1.43. Arcar com todos os ônus e encargos sociais e trabalhistas, relativamente aos seus empregados, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus colaboradores, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o Cofen, apresentando, sempre que solicitadas, as correspondentes comprovações.
- 4.1.44. Responder por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, inerentes aos seus funcionários, tais como salários, horas extras, adicionais, seguros, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, equipamentos e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.
- 4.1.45. Responsabilizar-se pela segurança e por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus colaboradores em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades.
- 4.1.46. Assumir todos os gastos e despesas feitas para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato.
- 4.1.47. Não atribuir ao Contratante qualquer ônus ou responsabilidade, quer pela via administrativa ou judicial, pelas obrigações oriundas da execução do objeto do contrato.
- 4.1.48. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 4.1.49. Apresentar nota fiscal, licenciamento ou documento equivalente sobre todos os produtos e serviços utilizados para a execução do objeto do Termo de Referência que confirmem à Contratada o seu direito de uso.
- 4.1.50. Reproduzir quaisquer manuais e demais documentos técnicos e informativos escritos que descrevam os serviços prestados e disponibilizá-los ao Cofen.
- 4.1.51. Cumprir todas as normas internas e procedimentos administrativos do Contratante e as orientações do fiscal do contrato, observando a Política de Segurança da Informação do Cofen e atendendo aos requisitos cabíveis no tocante à Lei Geral de Proteção de Dados.
- 4.1.52. Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 10.024/19, da Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá ao Contratante:

- 5.1.1. Exigir o cumprimento fiel de todas as obrigações assumidas pela Contratada e cláusulas integrantes do Termo de Referência, do edital da licitação, respectivos anexos e dos termos de sua proposta.
- 5.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, registrando as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive notificando as imperfeições, falhas e irregularidades constatadas, determinando as medidas corretivas necessárias. O registro com as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, deve ser encaminhado à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.1.3. Realizar testes, inspeções, perícias e demais meios necessários que permitam verificar a qualidade, a confiabilidade, a garantia, a segurança e a fidedignidade dos serviços prestados com as exigências e as especificações constantes deste Termo, do edital e respectivos anexos.
- 5.1.4. Administrar, coordenar, orientar, definir e fiscalizar a execução do contrato, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, verificando a conformidade dos serviços prestados com o objeto do Termo de Referência e do edital, anotando em registros próprios as atividades que devem ser corrigidas, sanadas, respondidas, complementadas ou refeitas.
- 5.1.5. Comunicar à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, notificando por escrito e fixando prazo para a correção.
- 5.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a Contratada executar fora das especificações fornecidas pelo Cofen ou com problemas.
- 5.1.7. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.
- 5.1.8. Garantir o pleno cumprimento do contrato, conforme previsões do Termo de Referência, orientando e definindo as atividades pertinentes que devem ser realizadas pela Contratada, inclusive as que forem observadas durante a execução e se fizerem necessárias para o cumprimento do objeto.
- 5.1.9. Indicar à Contratada as melhores técnicas a serem praticadas durante a realização dos serviços, a metodologia recomendável, a norma e/ou a legislação técnica aplicável, as normas de conduta praticadas internamente, dirimindo eventuais dúvidas na prestação dos serviços, garantindo o pleno cumprimento do contrato.
- 5.1.10. Zelar pelo cumprimento dos padrões definidos entre as partes, determinando à Contratada o refazimento dos serviços, tantas vezes quanto necessárias, sempre que apresentarem incompatibilidade com o serviço contratado.
- 5.1.11. Receber os serviços prestados pela Contratada, os respectivos documentos legais e descritivos, identificando a quantidade, a qualidade e as não-conformidades, registrando essas informações em documento apropriado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.1.12. Atestar o recebimento dos serviços mediante o aceite formal, encaminhando as notas fiscais/faturas para pagamento no prazo contratado, desde que os serviços atendam os requisitos previstos, conforme aprovação da fiscalização.
- 5.1.13. Informar à Contratada o aceite dos serviços ou a recusa, descrevendo os fatos que motivaram a decisão do fiscal do contrato e as providências a serem tomadas, sem ônus para o Contratante.
- 5.1.14. Notificar a Contratada quanto ao não atendimento de cláusulas contratuais, quanto a providências técnicas e/ou administrativas anteriormente informadas e não atendidas prontamente, quanto à responsabilidade por descumprimento do contrato e respectivas penalidades, quanto a irregularidades constatadas na prestação dos serviços.
- 5.1.15. Avaliar os relatórios de entrega, total ou parcial, dos serviços prestados, emitidos pela Contratada ou, quando houver, os relatórios técnicos que descrevam a implantação, a metodologia, as alterações, as técnicas adotadas, as adequações ou que levantem questionamento técnico, respondendo-os com aceite ou recusa e/ou naquilo que for pertinente.
- 5.1.16. Reter o pagamento do Contrato, no todo ou em parte, pelo tempo necessário às devidas correções, caso a Contratada não cumpra com qualquer das cláusulas contratuais firmadas ou não atenda as solicitações de garantia, reparo, complementação, assistência técnica ou de refazer, anteriormente notificadas.
- 5.1.17. Fiscalizar os documentos que comprovem as regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas da Contratada e a qualificação de sua equipe técnica, solicitando os originais quando julgar necessário.
- 5.1.18. Analisar os relatórios e os módulos desenvolvidos, em até 3 (três) dias úteis, após a entrega pela Contratada, emitindo parecer informando acerca da aprovação ou reprovação dos serviços apresentados.
- 5.1.19. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.
- 5.1.20. Respeitar as prestações de serviços que sejam protegidas por legislação específica de autoria intelectual e/ou que sejam concedidos por licenças de uso, séries ou versões, como softwares e similares, utilizando-os nas condições estabelecidas em contrato e mediante expressa autorização do autor.
- 5.1.21. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência e prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitado pelo representante ou preposto da Contratada.
- 5.1.22. Providenciar as condições solicitadas pela Contratada garantindo os meios necessários à boa execução dos serviços e, conforme conveniência e possibilidade do Contratante, disponibilizar instalações físicas ou equipamentos de apoio quando requisitados e não previstos como obrigação daquela.
- 5.1.23. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à Contratada as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
- 5.1.24. Exigir certidão negativa de débitos da Previdência Social e FGTS, caso não estejam regularizados junto ao Sicafe, ou qualquer outra documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

5.1.25. Permitir o acesso dos empregados da Contratada, devidamente identificados, às dependências do Cofen para a execução de serviços, garantindo a execução plena do objeto do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. O valor global máximo deste contrato é de R\$ 1.632.308,56 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil trezentos e oito reais e cinquenta e seis centavos), inclusos todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme planilha de formação de preços a seguir:

Item	Descrição	Quantidade Mínima de Eleitores (i)	Quantidade Estimada de eleitores (ii) (*)	Quantidade máxima de Eleitores (iii)	Valor Unitário por eleitores (iv) (R\$)	Valor Mínimo Eleitores (v) = (i) * (iv) (R\$)	Valor Total Estimado (vi) = (ii) * (iv) (R\$)	Valor Máximo Eleitores (vii) = (iii) * (iv) (R\$)
1	Fornecimento de software específico (Sistema Eletrônico Eleitoral), infraestrutura e suporte para a realização de eleições via Internet do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem por 24 horas.	600.000 (2)	1.300.000 (1)	1.800.000	0,72	432.000,000	936.000,000	1.296.000,00
a) VALOR ESTIMADO DO ITEM 1 →						432.000,000	936.000,000	1.296.000,00

Item	Descrição		Quantidade Máxima Estimada (i)	Valor Unitário (ii) (R\$)	Valor Total Estimado (iii) = (i) * (ii) (R\$)
2	Call Center	Conforme Anexo B	1	114.682,10	114.682,10
		Para cada atendente adicional, por dia (turno de 6h.)	240	171,59	41.181,60
b) VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 2 →					155.863,70

Item	Descrição		Quantidade Máxima Estimada (i)	Valor Unitário (ii) (R\$)	Valor Total Estimado (iii) = (i) * (ii) (R\$)
3	Atendimento Validação Facial	Conforme Anexo I	1	67.263,26	67.263,26
		Para cada atendente adicional, por dia (turno de 6h.)	240	171,59	41.181,60
c) VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 3 →					108.444,86

Item	Descrição	Quantidade Mínima de SMS a serem enviados	Quantidade Estimada de SMS a serem enviados (i) (**)	Quantidade máxima de SMS a serem enviados (ii)	Valor Unitário (iii) (R\$)	Valor Total Estimado (iv) = (i) * (iii) (R\$)	Valor Máximo de SMS (v) = (ii) * (iii) (R\$)
4	Envio de SMS – Formato <i>Short Code</i>	Não há	900.000	1.200.000	0,04	36.000,00	48.000,00
d) VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 4 →						36.000,00	48.000,00

Item	Descrição	Quantidade Mínima de E-MAILS a serem enviados	Quantidade Estimada de E-MAILS a serem enviados (i) (***)	Quantidade máxima de E-MAILS a serem enviados (ii)	Valor Unitário (iii) (R\$)	Valor Total Estimado (iv) = (i) * (iii) (R\$)	Valor Máximo de E-mail (v) = (ii) * (iii) (R\$)
5	Envio de E-mail Transacional	Não há	900.000	1.200.000	0,02	18.000,00	24.000,00
d) VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 5 →						18.000,00	24.000,00

X	VALOR GLOBAL ESTIMADO (R\$)	VALOR GLOBAL MÁXIMO (R\$)
VALOR → (Somatório do valor total dos itens 1+2+3+4+5)	1.254.308,56	1.632.308,56

6.2. A empresa vencedora deverá apresentar também a planilha abaixo de composição de preços:

Item - Inclui todos os encargos, impostos e demais obrigações.	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor Total
Do Sistema Eleitoral - preço por eleitor investimento proporcional ao quantitativo de eleitores. (estimativa de 1,3 milhões de eleitores, conforme TR)	1.300.000	0,72	
Sistema Eleitoral	1		R\$ 461.300,00
Infraestrutura de Data Center ou infraestrutura de Cloud Computing	1		R\$ 284.700,00
Módulo de Biometria Facial	1		R\$ 190.000,00
TOTAL SISTEMA ELEITORAL (PAGO POR ELEITOR)	R\$		936.000,00
Do CallCenter	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Sistema de Atendimento	65	R\$ 53,51	R\$ 3.478,15
Disponibilização de serviços de atendimento via 0800	100.000	R\$ 0,15	R\$ 15.000,00
Disponibilização de serviços de atendimento via chat	65	R\$ 83,87	R\$ 5.451,55
Disponibilização de serviços de atendimento via e-mail	65.000	R\$ 0,03	R\$ 1.950,00
Supervisor	1	R\$ 885,00	R\$ 885,00
Espaço Físico	0	R\$ -	R\$ -
Link de Internet	0	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$		26.764,70
Atendimento 1ª semana (8 horas diárias)	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1- Atendentes	8	R\$ 728,00	R\$ 5.824,00
2- Posição de Atendimento	8	R\$ -	R\$ -
2.1 - Computadores	8	R\$ 50,00	R\$ 400,00
2.2 - Aparelhos telefônicos/headset	0	R\$ -	R\$ -
2.3 - Estabilizadores/NoBreaks	0	R\$ -	R\$ -
2.4 - Mesa	0	R\$ -	R\$ -
2.5 - Cadeira	0	R\$ -	R\$ -
2.6 - Suporte para os pés	0	R\$ -	R\$ -
2.7 - Bancada	0	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$		6.224,00
Atendimento 2ª semana (8 horas diárias)	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1- Atendentes	12	R\$ 728,80	R\$ 8.745,60
2- Posição de Atendimento	12	R\$ -	R\$ -
2.1 - Computadores	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00
2.2 - Aparelhos telefônicos/headset	12	R\$ -	R\$ -
2.3 - Estabilizadores/NoBreaks	12	R\$ -	R\$ -
2.4 - Mesa	12	R\$ -	R\$ -
2.5 - Cadeira	12	R\$ -	R\$ -
2.6 - Suporte para os pés	12	R\$ -	R\$ -
2.7 - Bancada	12	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$		9.345,60
Atendimento 3ª semana (8 horas diárias)	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1- Atendentes	18	R\$ 931,30	R\$ 16.763,40
2- Posição de Atendimento	18	R\$ -	R\$ -
2.1 - Computadores	18	R\$ 50,00	R\$ 900,00
2.2 - Aparelhos telefônicos/headset	0	R\$ -	R\$ -
2.3 - Estabilizadores/NoBreaks	0	R\$ -	R\$ -
2.4 - Mesa	0	R\$ -	R\$ -
2.5 - Cadeira	0	R\$ -	R\$ -
2.6 - Suporte para os pés	0	R\$ -	R\$ -
2.7 - Bancada	0	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$	0	R\$ -
Durante a votação (26 horas)	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1.1 Atendentes (24 horas - de 8h até 8h)	60	R\$ 893,54	R\$ 53.612,40
1.2 Atendentes (2 horas - de 8h até 10h)	8	R\$ 59,00	R\$ 472,00
2- Posição de Atendimento	60	R\$ -	R\$ -
2.1 - Computadores	60	R\$ 10,00	R\$ 600,00
2.2 - Aparelhos telefônicos/headset	0	R\$ -	R\$ -
2.3 - Estabilizadores/NoBreaks	0	R\$ -	R\$ -
2.4 - Mesa	0	R\$ -	R\$ -
2.5 - Cadeira	0	R\$ -	R\$ -
2.6 - Suporte para os pés	0	R\$ -	R\$ -
2.7 - Bancada	0	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$		54.684,40
TOTAL CALLCENTER	R\$		114.682,10
Do atendimento para validação biométrica	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Sistema de controle e acesso da Validação Facial (?)	40	R\$ 225,00	R\$ 9.000,00
Filagem/gravação - conforme Item 1.5.6 do Anexo I	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00
Supervisor	6	R\$ 1.282,00	R\$ 7.692,00
Espaço Físico	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Link de Internet	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$		18.692,00
Atendimento 1,ª e 2ª semana (8 horas diárias)	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1- Atendentes	18	R\$ 1.587,07	R\$ 28.567,26
2- Posição de Atendimento (detalhar os itens que compõe) Ex:	18	R\$ -	R\$ -
2.1 - Computadores	18	R\$ 50,00	R\$ 900,00
2.2 - Bancada	18	R\$ -	R\$ -
2.3 - Estabilizadores/NoBreaks	18	R\$ -	R\$ -
2.4 - Mesa	18	R\$ -	R\$ -
2.5 - Cadeira	18	R\$ -	R\$ -
2.6 - Suporte para os pés	18	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$		29.467,26
Durante a votação (26 horas)	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1.1 Atendentes (24 horas - de 8h até 8h)	40	R\$ 456,00	R\$ 18.240,00
1.2 Atendentes (2 horas - de 8h até 10h)	8	R\$ 58,00	R\$ 464,00
2- Posição de Atendimento (detalhar os itens que compõe) Ex:	40	R\$ -	R\$ -
2.1 - Computadores	40	R\$ 10,00	R\$ 400,00
2.2 - Bancada	40	R\$ -	R\$ -
2.3 - Estabilizadores/NoBreaks	40	R\$ -	R\$ -
2.4 - Mesa	40	R\$ -	R\$ -
2.5 - Cadeira	40	R\$ -	R\$ -
2.6 - Suporte para os pés	40	R\$ -	R\$ -
Sub-Total	R\$		19.104,00
TOTAL ATENDIMENTO BIOMÉTRICO	R\$		67.263,26
Envio de SMS - taxa de valores de 900 mil disparos, conforme TR	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Envio de SMS	900.000	0,04	R\$ 36.000,00
TOTAL SMS (PAGO POR ENVIO)	R\$		36.000,00
Do Envio de e-mail - taxa de valores de 900 mil disparos, conforme TR	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Envio de e-mail	900.000	0,02	R\$ 18.000,00
TOTAL E-MAIL (PAGO POR ENVIO)	R\$		18.000,00

6.3. Estando a prestação de serviço atendida, o pagamento dos serviços de Sistema Eleitoral será efetuado em quatro parcelas da seguinte forma:

6.3.1. A primeira parcela em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, condicionada à disponibilização da aplicação em conformidade com todos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, para fins de apresentação inicial, testes e auditoria, com valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do item 1 somado a 20% (vinte por cento) do item 2 e do item 3.

6.3.2. A segunda parcela em até 15 (quinze) dias após a homologação final do Sistema pela Auditoria ou do aceite pelo Contratante, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do item 1 somado a 50% (cinquenta por cento) do item 2 e do item 3.

6.3.3. A terceira parcela em até 15 (quinze) dias após a eleição, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do item 1 somado aos 30% (trinta por cento) restantes do item 2 e do item 3 e, ainda, aos quantitativos totais apurados nos envios de SMS e e-mail. Caso tenham sido acionados módulos adicionais, serão pagos 70% (setenta por cento) do valor adicional calculado e aprovado pelo fiscal do contrato e pela Auditoria.

6.3.3.1. Haverá, para pagamento desta parcela, o encontro de contas com a apuração exata da quantidade de eleitores (já definido após a data de corte). Sendo o pagamento, a maior ou a menor, corrigido nesta fatura.

6.3.4. A quarta e última parcela em até 80 (oitenta) dias após o término do prazo para a apresentação das justificativas aos Coren pelos profissionais que deixarem de votar, com valor equivalente aos 20% (vinte por cento) restantes do item 1 e aos 30% (trinta por cento) restantes do valor do módulo adicional, caso tenha sido acionado.

6.3.5. O cálculo do valor a ser pago para o item 1 não levará em consideração o número total de registros de profissionais importados para a base (aproximadamente 2,8 milhões de inscritos), mas sim o número de eleitores na base que estão aptos a votarem. Esse quantitativo será definido após a realização, pela Contratada, da higienização dos dados e aplicação de regras de negócio em todo o universo de profissionais de Enfermagem, aproximadamente 2,8 milhões de inscritos. Nossa estimativa é que aproximadamente 1.3 milhões de profissionais estarão aptos a votarem. Mas o valor exato para precificação, será definido após a data de corte.

6.3.6. O valor a ser pago para o item 1 será calculado da seguinte forma:

(NÚMERO DE PROFISSIONAIS APTOS A VOTAREM) x (VALOR UNITÁRIO POR ELEITOR)

6.4. O Cofen garantirá o pagamento integral de pelo menos 600.000 (seiscentos mil) de profissionais aptos a votarem. Esses quantitativos foram baseados nas últimas eleições, e isso garante às empresas licitantes o valor mínimo que será remunerado para garantir a execução do serviço.

6.5. O cálculo do valor a ser pago para o item 4 levará em consideração o número total de SMSs de fato enviados e entregues. O quantitativo estimado foi utilizado apenas para precificação das propostas e também para as licitantes terem uma ordem de grandeza. Mas o valor exato a ser cobrado será calculado após o envio de todos os SMS.

6.6. O valor a ser pago para o item 4 será calculado da seguinte forma:

(NÚMERO DE SMS ENTREGUES) x (VALOR UNITÁRIO DO SMS)

6.7. O cálculo do valor a ser pago para o item 5 levará em consideração o número total de e-mails de fato enviados e entregues. O quantitativo estimado foi utilizado apenas para precificação das propostas e também para as licitantes terem uma ordem de grandeza. Mas o valor exato a ser cobrado será calculado após o envio de todos os e-mails.

6.8. O valor a ser pago para o item 5 será calculado da seguinte forma:

(NÚMERO DE E-MAILS ENTREGUES) x (VALOR UNITÁRIO DO EMAIL)

6.9. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurarem pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à Contratada ou inadimplência contratual.

6.10. Ao Cofen reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação do serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

6.11. A nota fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de seu vencimento para que o fiscal do contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o atesto.

6.12. A nota fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do objeto, o número da nota de empenho e os dados bancários da Contratada.

6.13. Junto com a nota fiscal, deverá ser apresentada a comprovação de regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

6.14. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da nota fiscal devidamente corrigida.

6.15. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da nota fiscal, os fatos serão informados à Contratada e será verificada a melhor forma de se proceder, podendo ser feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

6.16. O Cofen não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços realizados sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato.

6.17. A Contratada fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação à realização efetiva de algum serviço, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual.

6.18. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante atesto das respectivas notas fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

6.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa do Cofen, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

6.20. Os valores contratados decorrentes do presente Contrato são fixos e irrecorríveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta do Código de Despesas nº 6.2.2.1.1.01.33.90.040 – Serviços Relacionados à Tecnologia da Informação, Nota de Empenho nº 2717, de 11/09/2023.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato, garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

8.2. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.2.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.2.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.2.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada;

8.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela Contratada.

8.3. A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual e, no caso de prorrogação do contrato, mantê-la válida e atualizada.

8.4. A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.

8.5. A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e, nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores, deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.6. A qualquer tempo poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

8.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

8.8. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a título de garantia, com correção monetária, em favor da Contratada.

8.9. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

8.10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

9. CLÁUSULA NONA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

9.1. Para execução dos serviços descritos no Termo de Referência, a Contratada terá acesso a informações críticas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem. Assim caberá à Contratada:

9.1.1. Assinar e cumprir o Termo de Compartilhamento de Dados e Confidencialidade, conforme modelo constante no **Anexo E - Termo de Compartilhamento de Dados e Confidencialidade** do Termo de Referência;

9.1.2. Guardar sigilo das informações que receber durante a execução de sua função;

9.1.3. Responsabilizar-se pela divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação pertinente ao Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

9.2. Caso se verifique a quebra de sigilo das informações disponibilizadas pelo Cofen, serão aplicadas à Contratada as sanções previstas legalmente, inclusive nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93.

9.3. A Contratada deverá se responsabilizar pelo total controle do Sistema, coibindo tentativas de fraude, quebra de sigilo e quaisquer outros danos ao Cofen, informando imediatamente ao Cofen sobre tais tentativas de fraudes e/ou quebras de sigilo de informações do Sistema, descrevendo todo o ocorrido em relatórios.

9.3.1. A Contratada é responsável pelo sigilo das informações e dados repassados pelo Cofen por força do objeto do Termo de Referência, sendo expressamente proibida a utilização das informações e dados obtidos para fins diferentes do expressamente descrito no Termo de Referência, no edital e respectivos anexos, bem como a comercialização desses.

9.3.2. A Contratada somente poderá divulgar dados cadastrados no Sistema para um terceiro mediante prévia autorização do Cofen, por força de lei ou em caso de determinação judicial, hipóteses em que deverá informar imediatamente o Cofen.

9.3.3. A Contratada está proibida de divulgar, revelar, ceder a qualquer título e discutir perante terceiros, no território brasileiro ou no exterior, para qualquer pessoa física ou jurídica, dados do Sistema produzidos pelo Cofen e pelos Conselhos Regionais de Enfermagem.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1. A Contratada deverá apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

10.2. As boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que devem ser observados pela Contratada, no que couber:

10.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente.

- 10.2.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
 - 10.2.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
 - 10.2.4. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
 - 10.2.5. Descarte adequado de materiais tóxicos, da forma ecologicamente correta.
 - 10.2.6. Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
 - 10.2.7. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.
 - 10.2.8. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- 10.3. Além do apontado acima, devem ser observadas pela Contratada outras práticas sociais, devendo comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

- 10.3.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04 de 11/05/2016;
- 10.3.2. Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do art. 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e 105.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 11.1. O Cofen, por meio de seus executores técnicos devidamente nomeados e identificados, promoverá:
- 11.1.1. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas dos trabalhos, em relatórios formais, nos quais deverão ser apontadas as conformidades e as não conformidades, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
 - 11.1.2. O recebimento, o atesto dos serviços e o encaminhamento das notas fiscais/faturas para pagamento no prazo estabelecido.
- 11.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por servidor especialmente nomeado pelo Cofen, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.
- 11.3. A fiscalização exercida pelo fiscal do Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na execução dos serviços e pela completa e perfeita execução dos itens do Termo de Referência.
- 11.4. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa Contratada para outras entidades.
- 11.5. A fiscalização poderá paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as normas que regulam a matéria.
- 11.6. A fiscalização poderá esclarecer ou requerer correções de incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas.
- 11.7. A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo Contratante, que designará um representante para acompanhar a execução dos serviços.
- 11.8. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência.
- 11.9. O fiscal do contrato poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que venha causar embaraço à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES**

- 12.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do Sicaf, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor, conforme cada caso citado neste item, a Contratada que:
- 12.1.1. Apresentar documentação falsa;
 - 12.1.2. Fraudar a execução do contrato;
 - 12.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.1.4. Cometer fraude fiscal; ou
 - 12.1.5. Fizer declaração falsa.
 - 12.1.6. Para os fins do item 12.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
- 12.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser sancionada, isoladamente ou juntamente com as multas abaixo definidas, e nas tabelas 1 e 2 abaixo relacionadas, com as seguintes sanções:
- 12.2.1. Advertência.
 - 12.2.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - 12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será

concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SicaF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.3. Configurar-se-á a inexecução total, entre outras hipóteses, quando a Contratada não entregar o objeto, sem causa justificada, em prazo superior a 30 (trinta) dias após o encerramento do prazo estipulado.

12.3.1. No caso de inexecução total, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.4. Configurar-se-á a inexecução parcial do objeto, entre outras hipóteses, quando, decorridos 20 (vinte) dias do término do prazo estabelecido para a entrega do objeto, houver a entrega pela Contratada, mas não em sua totalidade.

12.4.1. No caso de inexecução parcial, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor que falta ser executado do contrato.

12.5. Configurar-se-á o retardamento ou falha da execução, entre outras hipóteses, quando a Contratada, sem causa justificada, deixar de entregar e/ou atrasar e/ou entregar em desconformidade o objeto do contrato.

12.5.1. No caso de retardamento ou falha da execução, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

12.6. A falha na execução do contrato também estará configurada quando a Contratada se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 abaixo.

12.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 1

GRAU	Correspondência % do valor do contrato/nota de empenho
1	1%
2	2%
3	3%
4	4%

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
A	Entregar objeto de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar reposição complementar.	4	Por ocorrência
B	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir objeto licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
C	Destruir ou danificar o patrimônio da Contratante por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
D	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
E	Recusar-se a executar a troca de objeto determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	4	Por ocorrência
F	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
G	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
H	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
I	Cumprir obrigação contratual acessória, a exemplo de solicitação escrita e fundamentada do fiscal do Contrato/Ata/Nota de Empenho.	2	Por item e por ocorrência

J	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
K	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida por força do contrato.	1	Por ocorrência e por dia
L	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
M	Cumprir quaisquer dos itens do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização.	3	Por item e por ocorrência
N	Substituir imediatamente os produtos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório, contadas da comunicação do Fiscal do Contrato/Ata/Nota Empenho.	1	Por item e hora de atraso

12.8. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.

12.8.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.9. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas contratualmente, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

- 13.1.1. Relativamente à disponibilização de Datacenter;
- 13.1.2. Relativamente à disponibilização do CallCenter;
- 13.1.3. Relativamente aos envios do SMS;
- 13.1.4. Relativamente aos envios dos e-mails;

13.2. É vedada a subcontratação de empresas que participaram da licitação.

13.3. É vedada a subcontratação de empresas que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa Contratante.

13.4. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.6. As parcelas com subcontratação permitida visam ampliar a competitividade do processo licitatório tendo em vista que tratam-se de serviços acessórios ou, no caso do Datacenter, restritos a poucas empresas intensivas em tecnologia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Lei nº 8.666/1993 e vincula-se ao **Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2023**, bem como à proposta da Contratada, constantes do **Processo Cofen nº 00196.000068/2022-62**, independentemente de transcrição.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. Este Contrato poderá ser rescindido pelo Contratante, independente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

15.2. No procedimento que visa rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado à Contratada:

- 16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 16.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
- 16.1.3. Durante a vigência do contrato, a contratação de empregado pertencente ao quadro de colaboradores do Cofen.
- 16.1.4. Veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização da Administração do Cofen.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

17.1. No interesse do Cofen, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

17.1.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

17.1.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

17.2. O Contratante poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) da(s) contratada(s).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, e ainda haja anuência expressa do Contratante à continuidade do contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto no artigo 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste contrato, no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2023 e seus anexos, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666, de 1993, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na Lei nº 10.406, de 2002, e às disposições do direito privado.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes elegem de comum acordo, a Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, depois de lido, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

CONTRATANTE

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS

Presidente do Cofen

CONTRATANTE

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

GILNEY GUERRA DE MEDEIROS

1º Tesoureiro do Cofen

CONTRATADA

WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEIÇÕES LTDA

CAROLINE FORTUNATO DOS SANTOS VENTUROLI

Sócia Administradora

Dra. TYCIANNA GOES DA SILVA MONTE ALEGRE

Procuradora Geral do Cofen



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE FORTUNATO DOS SANTOS VENTUROLI**, Usuário Externo, em 11/09/2023, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TYCIANNA GOES DA SILVA MONTE ALEGRE** - Matr. 0000050-4, Chefe da Procuradoria Geral, em 11/09/2023, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GILNEY GUERRA DE MEDEIROS** - Coren-DF 143.136-ENF, Primeiro-Tesoureiro, em 11/09/2023, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS - Coren-PB 42.725-ENF-IR, Presidente do Cofen**, em 12/09/2023, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0157798** e o código CRC **7F0AED53**.

SCLN, Qd. 304, Bloco E, Lote 09 - Bairro Asa Norte, Brasília/DF

CEP 70.736-550 Telefone:

- www.cofen.gov.br

Referência: Processo nº 00196.000068/2022-62

SEI nº 0157798